

O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA EM MOÇAMBIQUE NA IMPLEMENTAÇÃO DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL E A EDUCAÇÃO

Armando Armando Nhanombe¹

INTRODUÇÃO

Este capítulo surge na sequência da conferência intitulada “Educação de Qualidade e Desenvolvimento na Lusofonia” realizada na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Colégio de Campolide, 6 e 7 de junho de 2019, na sequência da *Agenda 2030 no ODS4 - Educação de Qualidade* que encontra na educação a força motriz do desenvolvimento com o envolvimento de um conjunto variado de atores e exige uma abordagem multidisciplinar para cumprir os objetivos de garantia de uma educação inclusiva, equitativa, qualidade e promotora de oportunidades de aprendizagem, durante toda a vida e para todos. Dos debates em torno da Educação se fez, também, com o contributo do Direito, sobre os desafios da Educação em Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor-Leste. Das jornadas de trabalho resultou este artigo que tive a honra e o privilégio de apresentar publicamente, com o título “*O Papel da Igreja Católica em Moçambique na implementação do Empreendedorismo Social e a Educação*”. Sendo que, o meu artigo vai procurar trazer aproximações entre a Educação e a Evangelização no empreendedorismo social. Se partimos do pressuposto que tanto a educação como a evangelização visam o ser humano, então,

¹ Licenciado em Filosofia pela Universidade de São Tomás de Aquino de Moçambique, Bacharel em Teologia pela Universidade Urbaniana de Roma. Mestre em Filosofia de Educação Pela Universidade Pedagógica de Moçambique. Doutorando em Ética Aplicada pela Universidade de São Tomás de Aquino de Moçambique. Licenciando de Direito Canónico pela Universidade Católica de Lisboa. Mestre e Doutorando em Direito e Segurança pela Universidade Nova de Lisboa. Docente de Ética Fundamental, Ética Geral, Introdução a Filosofia na Universidade São Tomás de Aquino de Moçambique, docente também no Seminário Santo Agostinho da Matola nas cadeiras de Filosofia Africana e Didática da Filosofia. Docente de Metodologia de Investigação Científica e Ética Geral no Instituto Superior de Negócios e Gestão. Pertence a equipa de investigadores de CEDIS da Universidade Nova de Lisboa. Tem participado de conferências como orador. Estando neste momento a residir em Lisboa para continuação dos Estudos.

podemos aferir que a Educação e a Evangelização devem ter um papel importante no empreendedorismo, na componente da preparação. A Educação dá-se a conhecer pelo ensino e a Igreja fá-lo pela doutrinação. Assim, tentaremos perceber o papel da ação da Educação e da Igreja, no geral, e no empreendedorismo em particular, com especial incidência em Moçambique.

PROBLEMA

Diante do empreendedorismo verifica-se que só por si significa para além da inovação algo que visa o lucro, equiparando-se, deste modo, ao capitalismo. A Evangelização significa anúncio de boa nova. A pergunta que se coloca é: como salvaguardar os valores da educação e da evangelização para que o empreendedorismo não seja um meio da acumulação de riqueza mais do que empoderamento do ser humano na componente social?

JUSTIFICATIVA

A escolha deste tema deve-se à importância que a Educação e a Igreja podem ter no empreendedorismo. Se o empreendedorismo significa inovação, a evangelização significa boa nova e a educação significa ‘conduzir para fora’, ou seja, preparar o indivíduo para o mundo, quer dizer que é do interesse da sociedade que o empreendedorismo ajude na criação do *Homem Novo*. Tanto, mais que a luta atual não seja somente a do empreendedorismo, mas que tenha a componente social, dado que não estaremos a dar primazia ao ser humano e sim ao material. O capitalismo advogou que era para dar autonomia ao ser humano e à criação do *Homem Novo*, mas cedo se transformou num sistema de acumulação de lucro. A Igreja apercebeu-se desta situação, tendo chamado à atenção das consciências a doutrina social. Interessa-nos aplicar esta situação à realidade moçambicana, em que o empreendedorismo social está em franco desenvolvimento.

ENQUADRAMENTO CONCEITUAL – EDUCAÇÃO

A Educação conduz-nos na ação. Educar vem do latim *educare*, por sua vez ligado a *educere*, verbo composto do prefixo *ex* (fora) e

ducere (conduzir, levar), e significa literalmente ‘conduzir para fora’, ou seja, preparar o indivíduo para o mundo.

A sociedade é formada por pessoas. E somente estes devem ser educados e incutidos de valores morais e éticos: “qualquer família sabe que não há educação sem valores, em e com valores” (CLARK, ARNOLD; HALSEY, 1974). O mesmo autor acrescenta que: “educar uma criança ou um jovem é dar-lhe recursos físicos, espirituais, intelectuais e emocionais que lhe permitam realizar-se plenamente como pessoa” (CLARK, ARNOLD; HALSEY, 1974, p. 149). Educar é dar ferramentas comportamentais ao ser humano que permitam que se desenvolva e se relacione com toda a existência. O ser humano, diversamente dos animais, que são seres adaptados a todas as circunstâncias da natureza, é um ser inadaptado, isto é, precisa adaptar-se para cada situação. Esta adaptação é feita segundo os valores que o ser humano vai recebendo e deve ser feita em função dele próprio. Não deixa de ser importante saber o que deve transmitir e como transmitir.

As metodologias de ensino conjugadas com o currículo, entendendo como conteúdo ganham capital importância no caminho pelo qual queremos enveredar ou transmitir na nossa educação ou quiçá na nossa sociedade. Esta acessão é defendida por Bastos e Ribeiro no seu artigo intitulado “Educação e empreendedorismo social: um encontro que (trans)forma cidadãos” ao afirmar que: “Supõe-se que a tarefa educativa continua a exigir novos caminhos de perceber e pensar, novas imagens do homem e da sociedade, novas concepções éticas e axiológicas, novos rumos por onde enveredar” (BASTOS; RIBEIRO, 2011, p. 578). Os mesmos autores, citando Jacques Fillion, percebem o empreendedorismo como aprendizagem, supondo programas que se direcionam nesse sentido:

“No entendimento de Jacques Fillion, “o empreendedorismo se aprende”, pois o autor considera que é possível conceber programas e cursos que adotem sistemas de aprendizados adaptados à lógica desse campo de estudo, numa abordagem em que o aluno é levado a definir e estruturar contexto e a entender as várias etapas de sua evolução (FILLION, 1999)”. Esta afirmação mostra como a educação pode ter um papel importante no empreendedorismo. Atente-se que, há uma tendência generalizada de se exigir aquilo que nunca se deu. Apresento dois debates em Moçambique neste âmbito, o primeiro tem

a ver com axiologia em que se afirma categoricamente que os jovens não têm valores.

O filósofo moçambicano António Cipriano, no seu livro *Educação, modernidade e crise ética em Moçambique* questiona se são os jovens que não têm valor ou nasceram numa sociedade sem valores, pois Moçambique sempre foi um país em transição política: foi o colonialismo, veio a independência em que a Frelimo assumiu o marxismo – leninismo e antes que se consolidasse teve que abandonar para aderir ao capitalismo. Pelo que somos um País em consolidação e esta situação tem reflexo na educação e moralização da sociedade (CIPRIANO, 2011). O segundo debate tem a ver com as metodologias de ensino – a aprendizagem, partindo da constatação em que os graduados moçambicanos são do ensino médio técnico profissional e do ensino superior, com a agravante de serem nas áreas técnicas mais teóricos que práticos. A título de exemplo, segundo a nossa Constituição da República no seu Art. 103, diz: a agricultura é a base de desenvolvimento do País. Mas, a terra não está sendo agricultada. Se até antes da independência e um pouco depois deste facto histórico só tínhamos uma Instituição do Ensino Superior, Universidade Eduardo Mondlane, hoje já não se pode dizer a mesma coisa. Pois, Moçambique possui além das Universidades Estaduais, muitas outras Universidades privadas, num total de 53 (<http://www.mctestp.gov.mz/por/Ultimas-Noticias/Noticias/MCTESTP-destaca-evolucao-do-ensino-superior>).

Ademais, temos também muitas escolas de Ensino Técnico. Por outro lado, a terra não nos falta. Em princípio, quem deve ensinar a cultivar as *machambas*, as terras são os nossos agrónomos. Se não o fazem, poder-se-á concluir que há um défice na sua formação? Não necessariamente, pois há outros fatores envolvidos, como a Educação, a Ética e a Moral ancestral que, na generalidade, atribuía à mulher os trabalhos agrícolas. Assim, podemos questionar com Bertrand no seu livro *Teorias Contemporâneas da Educação* que nos diz que a nossa análise deve partir do que é preciso ensinar? Como ensinar? Quais devem ser os objetivos da educação? (BERTRAND, 2001).

Estas duas colocações acima conduzem-nos ao debate de sempre sobre os métodos tradicionais e participativos da Educação. Enquanto a Educação se focou nos métodos participativos a teologia salientou-se no que é chamado de teologia prática. Este discurso assenta no facto que tanto a educação como a teologia devem ser proactivas, isto

é, não fiquem somente no aspeto teórico ou prático, mas sempre iluminados pela ética e pela moral. Sendo que teóricos como John Dewey com o seu instrumentalismo, Habermas com a sua ação comunicativa e Paulo Freire com a sua educação democrática e libertária assente essencialmente no diálogo que se estabelece entre o formador e o formando pode ajudar a construir uma educação que seja proactiva. Estas abordagens deram aquilo que hoje se chama de aprendizagem em pares ou na designação inglesa *peer instruction*, que é uma educação participativa, em que o aluno já não é “tábua rasa” como na educação tradicional, mas como o fazedor do seu aprendizado na chamada sala invertida onde o professor é um mero facilitador. Esta tentativa de abordagem duma educação participativa e proactiva não passou despercebida pela teologia que sentiu a necessidade de criar uma teologia que não se baseasse somente na esperança, que até foi acusada pelos marxistas como “ópio do povo” por prometer uma vida melhor para a vida futura, perceba-se para além da morte e não neste mundo. Então, a teologia prática segundo Richard Osmer que se aplica na vida quotidiana do homem, como também tenta fazer a teologia da libertação, sobretudo na América latina. Afirmamos que tanto a educação como a teologia estão no processo de transformação contínuo com vista a responder aos problemas concretos do homem. Achamos que não estaríamos a forçar, se afirmássemos que a Educação e a Teologia (Evangelização) podem jogar um papel importante no empreendedorismo, que é o de responder aos problemas concretos do homem na sua vida quotidiana.

EVANGELIZAÇÃO

A Igreja Católica Evangeliza. Evangelizar significa dar boa notícia. E a boa notícia não é outra coisa senão o amor de Deus, um amor que é incondicional. A Igreja persegue um mandato, que se resume em missão.

Igreja recebeu um mandato de Cristo “*Ide por todo o mundo, anunciai a Boa Nova a toda criatura.*” (Mc,16, 15). A criatura aqui referida é o Homem. Sendo que este mandato, concretiza-se na missão.

A palavra *missão* vem do Latim *missionem*, de *missum*, *supino de mittere*, enviar, mandar. No Novo Testamento, esta palavra vem do grego *apostello*, que indica, fundamentalmente, o mandato recebido

por Cristo do Pai e, por sua vez, transmitido aos apóstolos (Jo.3, 16). “A missão cristã é tão antiga como a Igreja mesma; a Igreja que nasce, sacramentalmente, da Páscoa e do Pentecostes” (Otaduy, Viana e Sedano, 2012)

Por sua vez, o Decreto *Ad Gentes* que trata da atividade missionária da Igreja, emanado pelo Papa Paulo VI, em 7 de dezembro de 1965, afirma que “O nome de ‘missões’ dá-se geralmente àquelas actividades características com que os pregoeiros do Evangelho, indo pelo mundo inteiro enviados pela Igreja, realizam o encargo de pregar o Evangelho e de implantar a mesma Igreja entre os povos ou grupos que ainda não crêem em Cristo”. Essas “missões” são levadas a efeito pela atividade missionária e exercem-se ordinariamente em certos territórios reconhecidos pela Santa Sé. O fim próprio desta atividade missionária é a evangelização e a implantação da Igreja nos povos ou grupos em que ainda não está radicada (AG, 34).

A Constituição LG (17), promulgada em novembro do ano anterior, destacou a teologia da missão, ou seja, a missão eclesial à luz da atividade de Jesus ou como definido no parágrafo 17, “A índole missionária da Igreja”, e este Decreto AG visa efetivar esta índole, apontando para as reflexões ‘pastorais’ da atividade missionária. Sob a perspectiva do conjunto dos documentos conciliares - Constituições (LG, GS, DV e SC - com destaque para a *Lumen Gentium* que trata da missão universal da Igreja); Declarações (NA e DH) e Decretos (UR, AA) - que propiciaram amplas reflexões sobre a Missão da Igreja, às portas da passagem para o segundo milénio este Decreto AG, visto separadamente dos outros, pode parecer restritivo à missão *ad gentes*, ou seja, voltada apenas aos povos estrangeiros, e contrário ao espírito do Concílio. Porém, visto como parte integrante do conjunto, percebe-se que ele faz a ligação entre as reflexões teológicas e pastorais relacionadas à missão, em geral. Sem abandonar ou diminuir a necessária e tradicional missão *ad gentes*, de ir ao encontro dos povos estrangeiros, este documento, embasado nos textos conciliares, acima citados, enfatiza que não são somente os povos distantes ou isolados geograficamente que precisam ser evangelizados, mas que toda a Igreja precisa passar por uma *metanoia* (conversão), por um profundo processo de revisão eclesial para ser uma presença efetiva no mundo.

Esta contextualização e breve revisão literária permite-nos perceber que a missão Cristã é tão antiga como a própria Igreja Católica, ou melhor dito, já está na origem da Igreja e sempre foi preocupação desta manter, expandir a Boa Nova, cumprindo o mandato de Jesus Cristo. A atividade missionária merece destaque nos estudos académicos, tendo-se criado uma cadeira com o nome de Missiologia que visa encontrar os fundamentos e os meios para levar avante o mandato de Jesus Cristo.

EMPREENDEDORISMO

É mister fazer um percurso etimológico e uma revisão literária do conceito empreendedorismo nas várias vertentes e a que a nos interessa neste debate é o empreendedorismo social. Começando pela etimologia, Baggio, citando Barreto diz-nos que o empreendedorismo provém da palavra *imprehendere*, do latim, tendo o seu correspondente, “empreender”, surgido na língua portuguesa, no século XV. A expressão “empreendedor”, segundo o Dicionário etimológico Nova Fronteira, teria surgido na língua portuguesa, no século XVI. Todavia, a expressão “empreendedorismo” foi originada da tradução da expressão *entrepreneurship* da língua inglesa que, por sua vez, é composta da palavra francesa *entrepreneur* e do sufixo inglês *ship*. O sufixo *ship* indica posição, grau, relação, estado ou qualidade, tal como, em *friendship* (amizade ou qualidade de ter amigo). O sufixo pode ainda significar uma habilidade ou perícia ou, ainda, uma combinação de todos esses significados como em *leadership* (liderança = perícia ou habilidade de liderar) (BARRETO, 1998, p. 189-190) (BAGGIO; BAGGIO, 2014, p. 36).

Da etimologia da palavra passamos para a revisão literária e notaremos que incide na habilidade e arte de criar e renovar. Afirmamos acima que tanto a educação como a evangelização visam renovar o Homem. Esta renovação é assumida por Baggio, Schumpeter, Barreto, Dornelas, Chiavenato. O empreendedorismo pode ser compreendido como a arte de fazer acontecer com criatividade e motivação. Consiste em realizar com sinergismo e inovação qualquer projeto pessoal ou organizacional, em desafio permanente às oportunidades e riscos. É assumir um comportamento

proactivo diante de questões que precisam ser resolvidas (BAGGIO; BAGGIO, 2014).

Empreendedorismo, segundo Schumpeter, é um processo de “destruição criativa”, através do qual produtos ou métodos de produção existentes são destruídos e substituídos por novos (SCHUMPETER, 1997). Já para Dolabela (2010), corresponde a um processo de transformar sonhos em realidade e em riqueza. Para Barreto (1998, p. 190) “empreendedorismo é habilidade de criar e constituir algo a partir de muito pouco ou de quase nada”. É o desenvolver de uma organização em oposição a observá-la, analisá-la ou descrevê-la.

Segundo Dornelas empreendedor é aquele que deteta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre, ele, assumindo riscos calculados. Em qualquer definição de empreendedorismo, encontra-se, pelo menos, os seguintes aspetos referentes ao empreendedor: 1) tem iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz; 2) utiliza os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e económico onde vive; 3) aceita assumir os riscos calculados e a possibilidade de fracassar (DORNELAS, 2008).

Para Chiavenato (2004) o espírito empreendedor é a energia da economia, a alavanca de recursos, o impulso de talentos, a dinâmica de ideias. Mais ainda: ele é quem fareja as oportunidades e precisa ser muito rápido, aproveitando as oportunidades fortuitas, antes que outros aventureiros o façam. O empreendedor é a pessoa que inicia e/ou opera um negócio para realizar uma ideia ou projeto pessoal assumindo riscos e responsabilidades e inovando continuamente (CHIAVENATO, 2004).

“Pode-se dizer que os empreendedores dividem-se igualmente em dois times: aqueles para os quais o sucesso é definido pela sociedade e aqueles que têm uma noção interna de sucesso” (DOLABELA, 2006, p. 44). Ser empreendedor significa possuir, acima de tudo, o impulso de materializar coisas novas, concretizar ideias e sonhos próprios e vivenciar características de personalidade e comportamento não muito comuns nas pessoas.

A nosso ver, os componentes comuns em todas as definições de empreendedor: tem iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz; utiliza os recursos disponíveis de forma criativa

transformando o ambiente social e económico onde vive; aceita assumir os riscos e a possibilidade de fracassar. “O empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade” (DOLABELA, 2010, p. 25). A pessoa de qualquer idade pode ser empreendedora (BAGGIO; BAGGIO, 2014, p. 27).

Chegados aqui, há que distinguir, a meu ver, o empreendedorismo do empreendedorismo social. Percebe-se que o empreendedorismo por si visa o lucro, ou mais ainda, o empreendedorismo por si só, pode ser individual enquanto o empreendedorismo social é mais amplo como afirma Baggio citando Odara (2008, p. 3), os Empreendedores sociais visam o bem-estar coletivo, com a capacidade empreendedora e criadora na promoção de mudanças sociais capazes de alcançar grandes distâncias nas suas atividades. São inovadores que deixarão a sua marca na história da humanidade. Esta visão do empreendedorismo social coincide com a visão da Igreja Católica que é de criar o homem novo, o Homem redimido, que nem sempre coincidiu com o homem novo que o capitalismo e o (ou) regime da Frelimo, no caso de Moçambique, apreguou pretender criar. Baggio (2014) traça algumas características do empreendedorismo social:

- É coletivo e integrado;
- Produz bens e serviços para a comunidade, local e global;
- Sua medida de desempenho é o impacto e a transformação social. Visa satisfazer necessidades dos clientes e ampliar as potencialidades do negócio;
- Tem o foco na busca de soluções para os problemas sociais e necessidades da comunidade;
- Visa resgatar pessoas da situação de risco social e promovê-las gerar capital social, inclusão e emancipação social.

A SOCIEDADE E A IGREJA: DUAS APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS

A Revolução industrial que prometia revolucionar a sociedade e de modo concreto o Homem, cedo se apercebe que tinha tomado e tornado o ser humano numa máquina, daí a publicação do *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels, em 1848, na tentativa de dar uma solução à questão operária. A questão social era exatamente as precárias condições de trabalho impostas aos operários e os baixos

salários, que os colocavam numa situação de miséria imerecida. Podemos afirmar que a sociedade fez uma tentativa de posicionar-se, infelizmente a Igreja chegou atrasada, com a publicação da *Encíclica Rerum Novarum*, 1891. Mesmo assim, ainda que seja correr contra o prejuízo, a Igreja criou a doutrina social da Igreja. O Papa Leão XIII enfrentou a questão operária numa época em que começavam a distinguir-se duas classes antagônicas: a dos capitalistas e a do operariado.

Na *Rerum Novarum*, define-se o trabalho como a atividade humana destinada a prover às necessidades da vida, especialmente a sua conservação (RN, 6). Ele tem uma dignidade e não se deve ter vergonha de trabalhar para ganhar o pão do dia-a-dia, uma vez que o próprio Jesus quis ser trabalhador (RN, 15).

O trabalho é pessoal e necessário: pessoal porque a força ativa é inerente às pessoas e porque é propriedade daquele que a exerce e a recebeu para a sua utilidade; é necessário porque o homem precisa dele para sobreviver. O trabalho tem uma prioridade sobre o capital. O magistério posterior (Pio XI, Pio XII, João XXIII, Paulo VI) seguiu basicamente estas indicações deixadas por Leão XIII.

Sendo que, podemos afirmar que a sociedade posiciona-se com o manifesto do partido comunista social e político e a Igreja com a Doutrina Social da Igreja. Ao longo do tempo, a Sociedade tem-se posicionado com o empreendedorismo social que tem na sua génese movimentos sociais característicos de determinados momentos da história das sociedades, como por exemplo o associativismo, o mutualismo e o cooperativismo, e que, ainda hoje, são a base organizativa de alguns movimentos sociais. Atente-se que, a revolução industrial criou o capitalismo em que o poder estava nas mãos de algumas pessoas, a Igreja ao posicionar-se com a doutrina social, recorda o princípio do bem comum. Tudo o que existe no mundo é para todos e todos devem ter iguais oportunidades.

EMPREENDEDORISMO APLICADO À REALIDADE MOÇAMBICANA

A Independência de Moçambique deu-se no dia 25 de junho de 1975, no Estádio da Machava, Maputo, proclamada por Samora Moisés Machel. Tendo como Divisão Administrativa: Províncias (11), Autarquias/Municípios (53 – criados em 1998), Distritos (154), Postos

Administrativos e localidades, numa extensão de 799,380 km², com uma população de 28,8 milhões de habitantes: 15,061 milhões de mulheres e 13,800 milhões de homens, segundo o último recenseamento de 2017, lembrar que em 1997 eram 16,1 milhões e 2007 eram 20,5 milhões (<http://www.ine.gov.mz>). Faz fronteira a norte com a Tanzânia, a oeste com o Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e Suazilândia, a sul com a África do Sul e a este é banhado pelo Oceano Índico, numa extensão de costa marítima cerca de 2.770 Km.

São identificáveis três fórmulas principais da Lei fundamental de Moçambique. A Constituição fundadora, datada de 1975 e as versões que se lhe seguiram, a de 1990 e a atual, de 2004. Cada uma espelha contextos políticos diferentes correspondendo a fases que marcaram a evolução do país.

O Empreendedorismo em Moçambique deve ser visto neste contexto da construção do Estado Moçambicano.

O ESTADO MOÇAMBICANO

Antes da independência Moçambique era uma colônia portuguesa e logo a seguir à independência Moçambique aderiu a o marxismo-leninismo. Em 1990, com abertura do país para um Estado democrático é que se abre ao associativismo (Lei nº 8/91 de 18 de Julho), permitindo iniciativas coletivas ou individuais. Podemos visualizar aqui o nascimento do empreendedorismo, aquando da independência, o governo propôs a criação do Homem Novo.

Por via da Independência era preciso criar o Homem Novo. A Igreja apercebe-se que a criação deste homem novo passa por muni-lo não só de conhecimento, mas de autossuficiência. O Homem novo da Frelimo resultou na Exclusão. Como soía dizer-se: disseram abaixo o capitalismo e viva o socialismo. O povo abaixou, mas quando levantou a cabeça os que tinham dito abaixo os capitalistas já eram eles os capitalistas.

O Homem Novo devia rejeitar tudo que era do colono. Um homem livre do obscurantismo, da superstição e da mentalidade burguesa e colonial, um homem que assume os valores da sociedade socialista. Os que negavam incorporar-se a este homem novo eram enviados aos chamados campos de operação produção (machambas) para serem educados, mas produzindo em 1981 nas zonas do interior

do Norte: Cabo Delgado e Nampula. Na prática, tratava-se de grandes acampamentos para onde eram enviados “marginais”, “suspeitos” ou inimigos políticos (como Urias Simango). Nas machambas, todos teriam que trabalhar na lavoura durante o dia, construir as suas palhotas e, ao final da jornada, assistir a cursos de marxismo-leninismo.

A IGREJA CATÓLICA

A Igreja Católica em Moçambique teve e tem um impacto na Educação e no Empreendedorismo Social.

Já no tempo colonial criou-se em Moçambique aquilo a que se chamou Igreja e Escola. As Igrejas não eram somente lugares para ouvir a palavra de Deus mas também para a Educação, Artes e Ofícios. A maior rede escolar pertence à Igreja católica. As igrejas e capelas-escola não só eram lugar de culto, mas de Educação.

Com a Concordata, a Igreja em 2012 ganha maior pujança, o que na verdade é um memorando de intenção e de boas relações entre a Santa Sé e o Governo Moçambicano, como diz o próprio prefácio que passamos a citar: “A República de Moçambique e a Santa Sé, doravante designadas por partes: para favorecer uma sã colaboração entre o Estado moçambicano e a Igreja católica, no respeito pela independência e autonomia de cada uma das Partes no seu âmbito próprio acordam”.

CARITAS MOÇAMBICANA NA VANGUARDA DO EMPREENDEDORISMO

No campo do empreendedorismo por parte da Igreja pode-se destacar a Caritas Moçambicana que criou meios de emponderar os crentes para autossuficiência, a criação da união geral das cooperativas que veio agregar camponeses e avicultores, *assim como as salinas de Mabone*.

De acordo com o “Decreto sobre a atividade missionária da Igreja” (AG,19), publicação que resultou das discussões do Concílio Vaticano II, a caridade deve ser entendida como um ato de amor ao próximo. Observamos que a caridade é difundida como um dever cristão, como possibilidade de demonstrar perante a sociedade um caráter nobre e bondoso. Portanto, sente o Governo, que a Igreja se

manifesta no campo social a fim de promover a justiça social. Os Fundamentos bíblicos são: O Antigo Testamento, que propõe romper os grilhões da iniquidade, soltar as ataduras do jugo, pôr em liberdade os oprimidos, desperdiçar toda espécie de jugo, repartir o pão com o faminto, abrigar os desabrigados, vestir o nu; enfim, agir com amor concreto ao próximo (Is 58). O Novo Testamento enfatiza a comunhão de bens, a solidariedade e a fraternidade entre os cristãos (At 2, 44ss).

A Caritas Moçambicana foi fundada em 1976. E no ano seguinte 1977, no mês de novembro, em Assembleia Ordinária da CEM decide-se a implantação da Cáritas Diocesana. Fazendo jus à decisão tomada sua Eminência Reverendíssima Senhor Cardeal Dom Alexandre Maria dos Santos, OFM, criou a Caritas Arquidiocesana de Maputo.

Por trás da decisão da CEM estava todo o contexto triste da bárbara guerra civil que vitimou muitos moçambicanos, fazendo surgir um número elevado de refugiados, desabrigados e necessitados. A par deste cenário estavam também as situações calamitosas, provocadas pelas intempéries naturais, para citar alguns exemplos, 1976 e 1977 cheias da bacia do Incomáti. 1980, grande seca no país, que também originou deslocados. 1984, chuvas torrenciais que fazem transbordarem o Umbeluzi e Incomáti. Nos anos 2000, cheias que afetaram quase todo o país.

Neste contexto foram surgindo apoios externos vindos de todos os quadrantes do mundo. Chegavam bens e consumíveis de todos os tipos para ajudar as vítimas de Moçambique que estavam numa situação de carestia quase total. Por causa disto este tempo foi chamado da época dos contentores. Só se falavam de contentores, constantemente. Neste âmbito de ajudas, é bom frisar que também surgem congregações religiosas que entram neste ritmo filantrópico, recebem doações e canalizam-nas para as vítimas.

Depois disto, surge outra fase, a fase de projetos na tentativa de se criar uma autossustentabilidade. E quase todos procuram fazer projetos para manter as suas atividades pastorais. É neste cenário em que nos encontramos, fase de projetos autossustentáveis que procurem criar sustentabilidade a partir das bases.

Então, é neste histórico contexto que a imagem da Caritas é criada, a sua identidade é rotulada: Caritas instituição de doações que só dá. Todos os que precisarem, mesmo que não sejam necessitados para lá se devem dirigir.

Infelizmente, esta imagem ainda continua, mesmo depois de ter passado o período de guerras e das frequentes emergências. Os nossos fiéis estão habituados a receberem e o Padre que não dá é mau; o setor de caridade que não distribui alimentos, não presta. É assim que uma das nossas batalhas atuais é combater esta mentalidade e criar uma mentalidade nova e diferente; uma caritas que parta da base, das comunidades e de todos os fiéis e não do estrangeiro.

Estar neste combate dando origem a muitos Projetos de autossustentabilidade e de empreendedorismo em todo o país, é a missão da Igreja e da sociedade. Há um *slogan* moçambicano que diz: há duas coisas que chegam a todas as partes do país: coca – cola e a Igreja Católica. Há que acrescentar o da autossuficiência e o empreendedorismo do Homem novo.

O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA NA EDUCAÇÃO

No campo da Educação-Ensino pode-se destacar as escolas comunitárias, a Universidade Católica de Moçambique, A Universidade de São Tomás de Moçambique, Instituto Superior Profissional Dom Bosco, as várias Escolas de Artes e Ofícios espalhadas pelo país criadas e coordenadas pela Igreja Católica. A lista podia ser enorme daquilo que a Igreja Católica faz em Moçambique.

Portanto, o empreendedorismo social, a educação e ensino são os pilares da Igreja Católica na garantia do bem comum do homem e da mulher, vistos em pé de igualdade.

CONCLUSÃO

O percurso que fizemos permitiu-nos concluir que Educação, Ensino e Evangelização têm muitos pontos de aproximação e diálogo. Pois, perseguem o mesmo objeto que é homem. Tanto a Educação, Ensino e a Evangelização passam por dar dignidade ao homem, criando nova cultura, nova ética e nova moral. Outro sim há consciência que só um homem proactivo pode conseguir estes objetivos, daí a necessidade da aposta no empreendedorismo como uma forma de inovar. Mas, não empreendedorismo por si só, mas o empreendedorismo social, pois este persegue o bem comum que visa o bem-estar do homem, na criação da riqueza, na família e na

sociedade. Uma renovação da educação e da teologia só pode ser benéfico para o homem individual, social e coletivo. Por isso, a aposta na formação do homem, no sentido de se despojar da atitude da submissão das filhas, dos filhos e de mulher-esposa, a todos níveis, criará na sociedade mais respeito e sobretudo dará a dignidade necessária a quem mais precisa.

Finalizo o capítulo com uma nota de recomendação:

Pode parecer contraproducente sobretudo neste momento, em que Moçambique, foi vítima dos desastres naturais, apostar no mar. Todavia, deve-se dizer que o mar em Moçambique ocupa uma grande extensão e é fonte de riqueza. A China pode ser exemplo da promoção e abertura ao mundo com as parcerias no empreendedorismo, no litoral oceânico, que tão benéficos resultados têm trazido para a vida do povo chinês. Relembremos que também este país começou a sua revolução pela agricultura, da qual se viu obrigada a colocá-la em segundo plano. Sugiro que haja mais investimento no estudo do mar e mais empreendedorismo focado no mesmo. Não há maior beleza que o litoral de Moçambique. Ademais, o mar associado ao desporto pode ser uma fonte rendimento, atendendo que o ser humano se fascina com tudo aquilo que é exótico, embora possa contar com adversidades, mas o homem deve lutar contra a natureza. O exemplo é a Holanda e o Japão que apesar de todas diversidades do mar conseguiram erguer-se. O contacto com o mar diversifica mais as relações ou até podemos dizer que o mar universaliza as relações. O trabalho junto ao mar desbloqueia os comportamentos preconceituosos e traz-nos a liberdade para o empreendedorismo que nos aproxima da Igreja, do Estado e da Sociedade.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e Definições. **Revista de empreendedorismo, inovação e Tecnologia**. 2014, p. 25–38. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistas/article/viewFile/612/522>.

BARRETO, L. P. **Educação para o empreendedorismo**. Salvador: Educação Brasileira, 1998.

BASTOS, Maria Flávia; RIBEIRO, Ferreira Ricardo. **Educação e empreendedorismo social: um encontro que (trans)forma cidadãos**. Revista Diálogo Educacional. ISSN 1518-3483. 11:33, 2011. pp. 573-594.

BERTRAND, Yves. **Teorias Contemporâneas da Educação**. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. São Paulo, Saraiva, 2004.

CIPRIANO, António. **Educação , modernidade e crise ética em Moçambique**. Maputo, Editora Donza, 2011.

CLARK, Burton; ARNOLD, Anderson; HALSEY, A. H. **Educacion: Estudio de los sistemas educativos**. Em *Enciclopedia Internacional de las Ciencias Sociales*, Editora Aguilar, 1974.

DEES, Gregory. **Social Ventures as Learning Laboratories**. Innovations. 2009, p. 11-15.

DOLABELA, F. **O segredo de Luisa**. São Paulo: Editora Cultura, 2006.

DOLABELA, F. **A corda e o sonho**. Revista HSM Management, 80. 2010, p. 128-132.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Elsevier ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FILION, L. J. **Diferenças entre sistemas gerenciais de empreendedores e operadores de pequenos negócios**. Revista Administração de Empresas, n.39, Vol.4. out - dez, 1999, p. 6-20.

OTADUY, Javier; VIANA, António; SEDANO, Joaquim. **Diccionario General de Derecho Canónico**. Pamplona, 2012.

SANTOS, Filipe. Social Entrepreneurship and Broader Theories: Shedding New Light on the 'Bigger Picture'. **Social Entrepreneurship**. 4:1, 2013, p. 88-107.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo, Abril Cultural, 1997.

Conc. Vat. II, **Constituição Dogmática Luz dos Povos, Lumen Gentium**, 1964.

Conc. Vat. II, **Decreto De Sobre A Atividade Missionária da Igreja, Ad Gentes**, 1966.

Leão XIII, **Carta Encíclica Rerum Novarum**, 15 de Maio de 1891.

Paulo VI, Exortação Apostólica sobre a Evangelização do Mundo Contemporâneo, *Evangelii Nuntiandi*, 1975.

SCGE **Inst. Relaciones in territoris**, 24 feb.1969, 13b (AAS 61).

SCGE Inst. **Quun huci**, 8 dec.1929, (AAS 22).

SCGE Inst. **Shema contractuum**, 1929, (AAS 22).

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Constituição da República 2004.**

Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2004.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Lei nº 8/91 de 18 de Julho do Associativismo:** Boletim da República.